

19.9 - Os candidatos APROVADOS e classificados dentro do número de vagas ofertadas no Concurso devem manter atualizados seus endereços na ACADEPOL, sendo de sua responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização dessa informação.

19.10 - Toda menção a horário neste Edital terá como referência a hora oficial de Brasília/DF.

19.11 - O prazo de validade do Concurso será de 01 (um) ano, a contar da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período.

19.12 - Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações, relativos a este Concurso Público, que vierem a ser publicados.

19.13 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso, que poderá baixar atos complementares e necessários à consecução do presente.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1) Compreensão e interpretação de textos verbais, não-verbais e mistos (quadrinhos, tiras, outdoors, propaganda, anúncios, etc.);
- 2) Processos de composição de texto (descritivo, narrativo e dissertativo);
- 3) Dissertação Expositiva e Argumentativa;
- 4) Técnicas de Redação;
- 5) Coesão e coerência;
- 6) Redação de correspondências oficiais;
- 7) Emprego correto da língua culta;
- 8) Sistema ortográfico em vigor: emprego das letras, hifenização e acentuação gráfica;
- 9) Frase, oração e período: estrutura, organização, classificação;
- 10) Termos da oração e suas funções morfosintáticas;
- 11) Relações sintático-semânticas entre as orações;
- 12) Sintaxe da oração e do período;
- 13) Concordância nominal e verbal;
- 14) Regência nominal e verbal;
- 15) Pontuação: recursos sintáticos e semânticos de pontuação;
- 16) Crase;
- 17) Semântica: sinônimos, antônimos e polissemia;
- 18) Níveis e funções da linguagem;
- 19) Conotação e denotação;
- 20) Linguagem figurada;
- 21) Formas do discurso (direto, indireto e indireto livre);
- 22) Formação de palavras;
- 23) Prefixos e sufixos;
- 24) Flexões nominal e verbal;
- 25) Verbos;
- 26) Vozes verbais;
- 27) Emprego dos pronomes pessoais e das formas de tratamento;
- 28) Emprego dos relativos;
- 29) Emprego dos conectivos;
- 30) Colocação pronominal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

- 1) Sistemas Operacionais proprietários (Windows XP e 7);
- 2) Suite de Escritório - (Pacote Office 2010);
- 3) Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos e pastas;
- 4) Conhecimentos de internet para navegação e comunicação via e-mails (Internet Explorer 9 e Outlook 2010);
- 5) Noções software para ambientes de microinformática;
- 6) Noções de procedimentos de segurança da informação;
- 7) Conhecimento de procedimentos, aplicativo e dispositivos para armazenamento de dados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) Direito Constitucional: natureza, conceito e objeto;
- 2) Poder Constituinte;
- 3) Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade;
- 4) Regimes políticos e formas de governo;
- 5) A repartição de competência na Federação;
- 6) Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, da nacionalidade, direitos políticos e dos partidos políticos;
- 7) Organização político-administrativa da União, dos Estados Federais, dos Municípios e do Distrito Federal;
- 8) Da Administração Pública;
- 9) Do Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência;
- 10) Do Poder Executivo: forma e sistema de governo, Chefia de Estado e Chefia de Governo, atribuições e responsabilidades do Presidente da República;
- 11) Do Poder Judiciário: fundamento, atribuições e garantias;
- 12) Das Funções Essenciais à Justiça;
- 13) Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: do Estado de Defesa, do Estado de Sítio, das Forças Armadas, da Segurança Pública;
- 14) Da Ordem Social: base e objetivos da ordem social, da segurança social, da educação, da cultura, do desporto, da ciência e tecnologia, da comunicação social, do meio ambiente, da família, da criança, do adolescente, do idoso e dos índios.

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1) Direito Administrativo: conceito, princípios administrativos explícitos e implícitos;

- 2) Governo e Administração Pública: conceitos;
- 3) Administração Pública: fins e princípios. Organização administrativa: centralização e descentralização. Administração direta e indireta;
- 4) Ato administrativo: conceito, elementos, atributos e classificação. Anulação, revogação e convalidação;
- 5) Poderes administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Do uso e do abuso do poder;
- 6) Agentes públicos: espécies e classificação. Direitos, deveres e prerrogativas. Cargo, emprego e funções públicas. Provento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Regime disciplinar. Responsabilidade civil, criminal e administrativa. Regime jurídico dos servidores. Regime jurídico peculiar aos funcionários civis do serviço policial do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 218/75). Regulamento do Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro (aprovado pelo Decreto nº 3.044/80). Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 220/75). Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (aprovado pelo Decreto nº 2.479/79). Lei Estadual nº 3.586/2001, que Dispõe Sobre a Reestruturação do Quadro Permanente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e Dá Outras Providências.
- 7) Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle. Delegação: concessão, permissão e autorização. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial e controle legislativo. Responsabilidade Civil do Estado;
- 8) Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/09);
- 9) Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92);
- 10) Contratos administrativos: noções gerais, características e espécies;
- 11) Licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade. Lei Federal nº 8.666/93;
- 12) Bens públicos: conceito e classificação. Afetação e desafetação;
- 13) Desapropriação: conceito, pressupostos e formalização. Desapropriação indireta.

CONHECIMENTOS DE DIREITO PENAL E LEIS PENAS ESPECIAIS

- 1) Princípios constitucionais e infraconstitucionais do Direito Penal;
- 2) Teoria da norma penal: conceito; características; classificação; interpretação; integração; norma penal em branco;
- 3) Conflito aparente de normas;
- 4) A lei penal no tempo e no espaço;
- 5) Teoria do delito: bem jurídico; conceitos de infração penal; elementos da infração penal; objeto jurídico e material; sujeitos da infração penal;
- 6) Elementos da infração penal: fato típico, ilicitude e culpabilidade; sistemas classificatórios bipartido e tripartido;
- 7) Fato típico, ilicitude, culpabilidade e punibilidade;
- 8) Inter criminis; tentativa; desistência voluntária; arrependimento eficaz; arrependimento posterior; crime impossível;
- 9) Excludentes de ilicitude e culpabilidade; imputabilidade;
- 10) Teoria do erro: conceitos, distinções, natureza jurídica, espécies, teorias, discriminantes putativas; erro de tipo e erro de proibição;
- 11) Classificação das infrações penais;
- 12) Concurso de Pessoas;
- 13) Penas: espécies, circunstâncias agravantes e atenuantes;
- 14) Concurso de Crimes;
- 15) Dos crimes contra a pessoa;
- 16) Dos crimes contra o patrimônio;
- 17) Dos crimes contra a propriedade imaterial;
- 18) Dos crimes contra a organização do trabalho;
- 19) Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos;
- 20) Dos crimes contra a dignidade sexual;
- 21) Dos crimes contra a família;
- 22) Dos crimes contra a incolumidade pública;
- 23) Dos crimes contra a paz pública;
- 24) Dos crimes contra a fé pública;
- 25) Dos crimes contra a Administração Pública;
- 26) Contravenções penais (Decreto-Lei nº 3.688/41);
- 27) Crimes contra a economia popular (Lei nº 1.521/51);
- 28) Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65);
- 29) Dos crimes de responsabilidade dos Prefeitos (art. 1º do Dec.-Lei 201/67);
- 30) Código eleitoral (Lei nº 4.737/65 - Título IV - Disposições Penais);
- 31) Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89);
- 32) Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90);
- 33) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 - aspectos penais e processuais penais);
- 34) Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90 - Título II - Das infrações penais);
- 35) Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo (Lei nº 8.137/90);
- 36) Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95);
- 37) Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96);
- 38) Lei de Tortura (Lei nº 9.455/97);
- 39) Código de Trânsito Brasileiro, aspectos penais e processuais penais (Lei nº 9.503/97);
- 40) Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/98);
- 41) Lei de Proteção à Testemunha (Lei nº 9.807/99);
- 42) Juizados Especiais Criminais Federais (Lei nº 10.259/01);
- 43) Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03);

- 44) Crimes no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03);
- 45) Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - "Lei Maria da Penha" (Lei nº 11.340/06) - Aspectos penais e processuais penais.
- 46) Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06);
- 47) Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/13).

CONHECIMENTOS DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1) Princípios constitucionais e infraconstitucionais do Direito Processual Penal;
- 2) Sistemas processuais;
- 3) Aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço;
- 4) Da Investigação Criminal: a persecução penal, seus órgãos e atribuições, Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado de Polícia (Lei nº 12.830/2013).
- 5) Do inquérito policial: conceitos, características, natureza jurídica, formas de cognição e de instauração, prazos de conclusão, arquivamento e desarquivamento. Providências investigativas. Direitos do indiciado/investigado. A denúncia anônima. O termo circunstanciado da Lei nº 9.099/95. A verificação da procedência das informações;
- 6) Flagrante delito: conceito e espécies. Flagrante preparado, forjado e retardado (ação controlada). Auto de prisão em flagrante delito e sua formalização.
- 7) Da ação penal: princípios, espécies, titularidade;
- 8) Da jurisdição e competência. Das exceções.
- 9) Teoria da prova: conceito, finalidade, objeto, meios, fontes, titularidade, princípios, sistemas de apreciação da prova, ônus da prova e produção probatória, valoração da prova, prova emprestada. Admissibilidade da prova. Ilícitude da prova;
- 10) Meios de prova: exame de corpo de delito e outras perícias; interrogatório do acusado; confissão; depoimento de testemunhas; declaração do ofendido; acareação; documentos; indícios, Reconhecimento de pessoas e coisas.
- 11) Da restituição de coisas apreendidas; sequestro de bens; arresto e especialização de hipoteca; incidente de falsidade; da insanidade mental do acusado;
- 12) Da busca e apreensão;
- 13) Do Juiz, do Ministério Público, do acusado e seu defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça;
- 14) Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória; Da prisão em flagrante; prisão preventiva; prisão domiciliar; outras medidas cautelares; liberdade provisória, com ou sem fiança;
- 15) Da prisão temporária (Lei nº 7.960/89);
- 16) Das citações e intimações;
- 17) Das nulidades;
- 18) Do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos;
- 19) Procedimento sumário dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95);
- 20) Procedimento especial da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06);
- 21) Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/13): aspectos processuais e procedimentais; da investigação e dos meios de obtenção de prova; da colaboração premiada; da ação controlada; da infiltração de agentes;
- 22) Lei que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia (Lei nº 12.830/13).
- 23) Do processo comum e do processo sumário.

ANEXO II - CRITÉRIO DEFINIDOR DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

O critério de pessoa deficiente é o especificado no Anexo Único da Lei Estadual nº 2.298, de 28/07/1994, acrescentado pelo artigo 3º da Lei Estadual nº 2.482/1995, como se segue:

"1 - A que apresenta redução ou ausência de função física: tetraplegia, paraplegia, hemiplegia, monoplegia, diplegia, membros com deformidade congênita ou adquirida não produzida por doenças crônicas e/ou degenerativas.

- Não se enquadram no item I as deformidades estéticas ou as que não produzam dificuldades para execução de funções.

2 - A que apresenta ausência ou amputação de membro.

- Não se enquadram no item 2 os casos de ausência de um dedo por mão e a ausência de uma falange por dedo, exceção feita ao hálux, os casos de artelho, por pé e a ausência de uma falange por artelho, exceção feita ao primeiro artelho por pé e a ausência de uma falange por artelho, exceção feita ao primeiro artelho.

3 - A que apresenta deficiência auditiva.

4 - A que apresenta deficiência visual classificada em:

4.1 - Cegueira para aqueles que apresentam ausência total de visão ou acuidade visual não excedente a um décimo pelos optótipos de Snellen, no melhor olho após correção ótica, ou aqueles cujo campo visual seja menor ou igual a vinte por cento, no melhor olho, desde que sem auxílio de aparelho que aumente este campo visual.

4.2 - Ambliopia para aqueles que apresentam deficiência de acuidade visual de forma irreversível, aqui enquadrados aqueles cuja visão se situa entre um e três décimos pelos optótipos de Snellen, após correção e no melhor olho.

5 - A que apresenta paralisia cerebral."

ANEXO III - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA A PROVA DE CAPACIDADE FÍSICA

ATESTADO

Atesto, a fim de fazer prova junto à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, que o(a) Sr.(a). _____ portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____ encontra-se em perfeitas condições de saúde, estando apto (a) a participar da Prova de Capacidade Física constante do Concurso Público para Provento de Cargo de Papiloscopista Policialde 3ª Classe - 2014, que compreende os seguintes testes: **Flexão de cúbitos (braços), Flexão Abdominal (remador), Corrida de Resistência e Corrida de Velocidade.**

Rio de Janeiro, _____ de _____ 20_____.

Assinatura
Nome legível e CRM do Médico

Id: 1722708

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO AVISOS

A 1ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/PCERJ/SESEG, situada na Rua da Relação, nº 42, sala 304, Centro - RJ, telefones 2332-9827 e 2332-9921 (fax), torna público o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2014, Processo nº E-09/169/61/2014, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, realizado no dia 19 de agosto de 2014, às 13:01 horas, que teve por objeto a aquisição de 02 (dois) vasos de moagem em aço inoxidável com tampa em rosca e volume de 50 ml apropriados para o equipamento moinho criogênico, conforme especificação detalhada no Termo de Referência - Anexo I, com valor total estimado de R\$ 10.319,00 (dez mil trezentos e noventa e nove reais). O Pregoeiro ADJUDICOU o feito à empresa VIXNU COMERCIO LTDA-EPP, por ter oferecido o menor preço, perfazendo o total geral de R\$ 10.319,00 (dez mil trezentos e noventa e nove reais).

Id: 1721993

A 1ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/PCERJ/SESEG, situada na Rua da Relação, nº 42, sala 304, Centro - RJ, telefones 2332-9827 e 2332-9921 (fax), torna público o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2014, Processo nº E-09/169/61/2014, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, realizado no dia 19 de agosto de 2014, às 13:01 horas, que teve por objeto a aquisição de 02 (dois) vasos de moagem em aço inoxidável com tampa em rosca e volume de 50 ml

apropriados para o equipamento moinho criogênico, conforme especificação detalhada no Termo de Referência - Anexo I, com valor total estimado de R\$ 10.319,00 (dez mil trezentos e noventa e nove reais). O Ilmo. Sr. Chefe da Polícia Civil, em despacho datado de 25.08.2014 HOMOLOGOU o feito à empresa VIXNU COMERCIO LTDA-EPP, por ter oferecido o menor preço, perfazendo o total geral de R\$ 10.319,00 (dez mil trezentos e noventa e nove reais).

Id: 1721994

2ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO AVISO

A 2ª COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/PCERJ/SESEG, situada na Rua da Relação, nº 42, sala 304, Centro - RJ, telefones 2332-9827 e 2332-9921 (fax), torna público que reagenda no Portal de Compras SIGA, no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, abaixo mencionada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2014

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE (ÚNICO)

DATA DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 13:30 horas do dia 09 de setembro de 2014.

DATA DO PREGÃO: 09 de setembro de 2014, às 13:31 horas.

OBJETO: aquisição de solventes para o Setor de Toxicologia do IM-LAP, na forma do Termo de Referência (Anexo I), Proposta de Preços (Anexo II) e demais partes integrantes do Edital.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 365.893,93 (trezentos e sessenta e

cinco mil oitocentos e noventa e três reais e noventa e três centavos).

PROCESSO Nº E-09/169/165/2013

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.policiaocivil.rj.gov.br e www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 1 resma de papel A4 reciclável, formato 210x297mm, pesando 75g/m, em pacote c/ 500 folhas na Comissão de Pregão da Polícia Civil/PCERJ/SESEG, situada na Rua da Relação, nº 42, sala 304, Centro, Rio de Janeiro, de 2ª a 6ª, das 10h às 17h.

Id: 1721620

POLICIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EDITAL

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CFSd/2014

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a relação dos candidatos ao concurso público de admissão ao Curso de Formação de Soldados Policiais Militares da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (CFSd/PMERJ-2014), que tiveram as suas inscrições homologadas posteriormente, em complementação a publicação contida no Suplemento ao D.O. de 31 de julho de 2014.